

representa.coop



# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRP Nº 14 – ano 2026

06 a 10 de abril de 2026





## SUMÁRIO

- Modernização da jornada de trabalho em pauta;
- Governo do Estado nomeia novos secretários;
- Câmara aprova regras para transição de governo;
- Emendas Parlamentares em destaque;
- Destaque de normativos da semana.

# MODERNIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO EM PAUTA

Na última terça-feira, 07 de abril, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados deu continuidade ao debate da PEC de modernização da jornada de trabalho. A Audiência Pública realizada nessa semana foi dedicada à exposição de argumentos e realidades de membros do setor produtivo do país acerca da proposta.

A reunião contou com a apresentação de 4 setores da economia brasileira: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional de Comércio e Serviços (CNC) e a Confederação Nacional de Transportes (CNT). Ainda que representando diferentes espectros de atuação, todos os setores foram unânimes na avaliação do elevado impacto econômico que poderá surgir a partir da redução da escala de trabalho.

Dentre os pontos de atenção nas falas dos representantes, cabe destacar a dificuldade que pode existir a partir da fixação constitucional de uma jornada de trabalho menor, enrijecendo o mercado de trabalho a partir de imposição legislativa constitucional, desarticulando as prerrogativas dos próprios sindicatos dos trabalhadores na negociação coletiva. Ademais, a proposta acaba por não levar em consideração as dinâmicas específicas de cada setor, fator marcante em um país marcado por diferentes mercados e grande área territorial.

Por fim, destacou-se a negativa repercussão nos indicadores econômicos e sociais do país, elevando o custo do trabalho, gerando possível aumento de desemprego, diminuição do PIB nacional e retrações setoriais.

O Sistema OCB e o Sistema Ocepar seguem acompanhando a matéria e defendendo um debate técnico, responsável e equilibrado, assegurando previsibilidade, segurança jurídica e estabilidade nas relações de trabalho.



# GOVERNO NOMEIA NOVOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

O Governo do Paraná promoveu novas nomeações no primeiro escalão após o período de desincompatibilização eleitoral, com destaque para áreas estratégicas da administração pública. Na Secretaria de Estado da Saúde, foi nomeado César Neves, médico com experiência prévia na pasta e que já atuava como diretor-geral, reforçando a opção por quadros técnicos e com conhecimento acumulado da estrutura administrativa. Já na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, assumiu Everton Souza, que anteriormente presidia o Instituto Água e Terra (IAT), trazendo expertise na área ambiental e de gestão de recursos naturais. As mudanças integram um processo mais amplo de reorganização do governo estadual, diante das exigências do calendário eleitoral.

Secretaria de  
Desenvolvimento Sustentável



**Sai**  
Rafael Greca (MDB)



**Entra**  
Everton Luiz Costa de  
Souza

Secretaria de Estado da Saúde



**Sai**  
Beto Preto (PSD)



**Entra**  
Cesar Neves

# CÂMARA APROVA REGRAS PARA TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Transições de governo representam um momento decisivo para a consolidação de uma democracia, pois envolvem não apenas a alternância de poder, mas também a capacidade das instituições de garantir continuidade administrativa e respeito às regras do jogo com a mudança de governantes. Quando realizadas de forma pacífica e cooperativa, essas transições funcionam como um importante indicador da qualidade da democracia, sinalizando maturidade institucional, previsibilidade e compromisso dos atores políticos com a ordem constitucional.

Neste ano de 2026 teremos eleições gerais, e como as eleições brasileiras são competitivas, poderemos ter ou não uma transição de governo. Nesse contexto, a Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (7), um projeto de lei que estabelece regras para o processo de transição no âmbito do Executivo Federal. A proposta determina que o presidente que deixa o cargo deve facilitar a transferência de governo, assegurando o compartilhamento de todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governante.

O texto também define que o período de transição se estende entre a proclamação do resultado das eleições e a posse, prevendo que as equipes responsáveis pela troca de informações sejam formalmente designadas em até 72 horas após a divulgação do resultado. Além disso, o projeto estabelece que os integrantes dessas equipes não terão remuneração adicional pelo exercício da função.

Em caso de descumprimento, estão previstas sanções administrativas e legais, incluindo multa e obrigação de reparar danos. As penalidades podem ser agravadas em situações de obstrução deliberada, como sonegação de informações, dano a sistemas ou patrimônio público e intimidação de agentes públicos. A proposta, que se restringe ao Executivo Federal, segue agora para análise do Senado Federal.



# VOLUME DE EMENDAS PARLAMENTARES

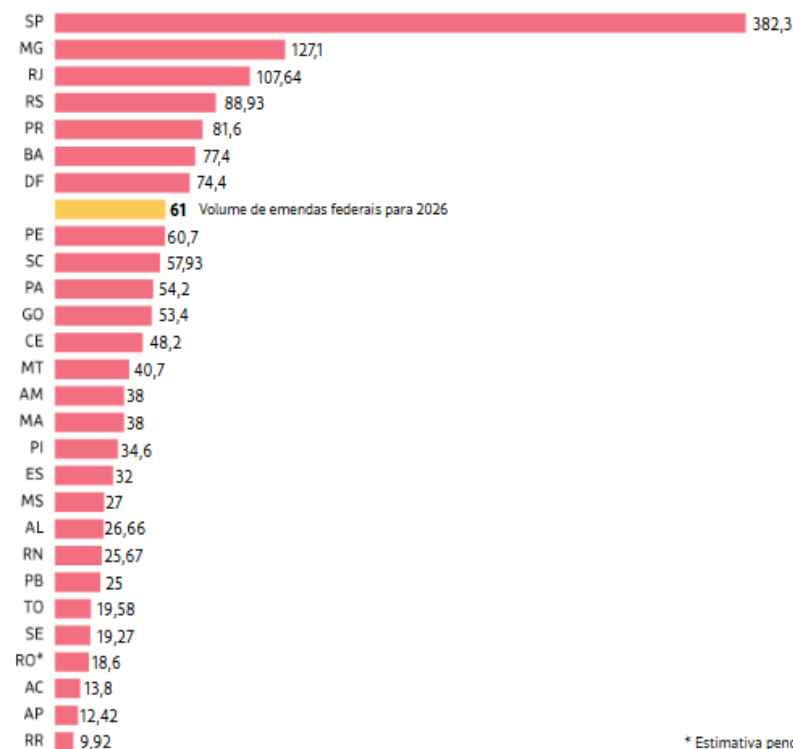
O Orçamento da União de 2026 evidencia o avanço da influência do Congresso Nacional sobre a alocação de recursos públicos. Durante a tramitação da proposta no Legislativo, o volume de recursos sob influência parlamentar alcançou cerca de R\$ 61 bilhões, **valor que supera o orçamento anual previsto para a maioria dos estados brasileiros**. O montante resulta da combinação das emendas formalmente previstas, de R\$ 49,9 bilhões, com a incorporação de aproximadamente R\$ 11,4 bilhões em despesas discricionárias originalmente sob controle do Executivo.

A Lei Orçamentária Anual foi sancionada em janeiro deste ano, com vetos pontuais do Executivo a parte dessas dotações, além do anúncio de bloqueio e remanejamento de recursos incluídos durante a tramitação. Ainda assim, **o volume final sob influência parlamentar permanece elevado, refletindo um padrão crescente de protagonismo do Congresso** na definição do gasto público federal.

A dimensão desses **recursos torna-se mais evidente quando comparada aos orçamentos estaduais**. O valor de R\$ 61 bilhões é próximo, por exemplo, ao orçamento total de estados como Pernambuco, e superior ao de unidades da federação como Santa Catarina, Pará e Goiás. Em estados com menor capacidade fiscal, como Roraima, Amapá e Acre, o contraste é ainda mais acentuado. Diferentemente das emendas parlamentares, que financiam ações pontuais, os **orçamentos estaduais sustentam despesas contínuas**, como folha de pagamento, previdência e manutenção de serviços essenciais.

Esse movimento está associado a **mudanças no equilíbrio institucional entre Executivo e Legislativo ao longo da última década**, com a ampliação das emendas impositivas e sua consolidação como instrumento central de negociação política. Especialistas apontam que o **crescimento dessas emendas tem impacto direto sobre a coordenação e o planejamento das políticas públicas, ao ampliar a fragmentação dos recursos e reduzir a margem discricionária do governo federal**, o que pode limitar a capacidade de financiamento de projetos estruturantes e aumentar desafios na gestão fiscal.

Gráfico – Comparação do Orçamento dos Estados e o Volume de emendas parlamentares



Fonte: Siga Brasil e Data Folha;

\* Estimativa pendente



## DESTAQUES DE NORMATIVOS DA SEMANA

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ato	Data	Publicado	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01-IAT	07/04/2026	08/04/2026	IAT	EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra	Inexigibilidade de licenciamento ambiental	Estabelece rol de empreendimentos e/ou atividades agrícolas enquadrados como inexigíveis de licenciamento ambiental no território do Estado do Paraná.	Sedest	50-53	<a href="#">INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01-IAT.pdf</a>

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Diário Oficial.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

